

POLÍTICA ECONÔMICA

O governo quer aumentar as exportações e a entrada de empréstimos externos. Assim, já está pensando em acelerar as minidesvalorizações e adotar uma correção monetária mais elevada. Ao mesmo tempo, quer que a economia volte a crescer, reduzindo o impacto dos juros altos sobre as empresas, da seguinte forma: os custos financeiros seriam abatidos do Imposto de Renda, mas os lucros dos bancos seriam tributados com mais rigor. Tudo isto leva o Banco Central a prever:

Os juros podem subir ainda mais



Apesar das queixas da indústria (deixa abaixar), os juros poderão aumentar ainda mais, como consequência da necessidade de aumentar a desvalorização do cruzeiro (e a correção monetária) para ajudar as exportações, sem prejudicar a captação de recursos externos. Como compensação, industriais e comerciantes poderiam abater do Imposto de Renda suas despesas financeiras. Os recursos não-arrecadados em razão deste abatimento seriam pagos pelos bancos, que teriam seus lucros tributados com maior rigor.

Segundo se pôde apurar ontem em Brasília, estes ajustes na política econômica estão quase aprovados, e são resultado de estudos realizados pelos ministros Delfim Neto, do Planejamento, e Ernane Galvães, da Fazenda, e do diretor da Área Bancária do Banco Central, Antônio Chagas Meireles.

No momento, as autoridades econômicas estão apenas avaliando as reações dos banqueiros à idéia. Acreditam, porém, que passados o impacto e as críticas iniciais, a opinião dos empresários tenderá para o lado do governo, na medida em que a proposta significará a transferência dos lucros dos bancos, indiscutivelmente elevados, para a indústria e o comércio, há mais de um ano enfrentando sérias dificuldades.

Ontem, fontes do Banco Central praticamente afastaram a possibilidade de serem atendidas quaisquer das reivindicações apresentadas pela indústria para a redução dos juros. De acordo com os informantes, os empresários "ficaram chorando e não trouxeram soluções" viáveis. Por isto, Delfim e Galvães assumiram a responsabilidade de proposta que, no seu entender, reduz o impacto dos custos financeiros, sem ferir a política monetária, afetar o orçamento fiscal ou prejudicar o acerto das contas externas. A providência teria a vantagem adicional de impedir que os juros continuem inibindo as atividades produtivas, permitindo uma retomada do crescimento até a virada do semestre, ainda a tempo de ajudar eleitoralmente o PDS.

Mais principal razão da proposta seria, mesmo o acerto do balanço dos pagamentos. É que nos dois primeiros meses do ano o desempenho das exportações foi bastante fraco, inclusive apresentando queda em relação aos mesmos meses do ano passado. O superávit de 81 milhões de dólares só foi registrado em virtude de um acentuado declínio das importações, e ainda está muito longe da meta de um saldo positivo de 3 bilhões de dólares até o final do ano.

Inflação pode ir a 95%

Além disso, diante de uma inflação acumulada no primeiro trimestre superior a 20%, o governo não teria mais como continuar pedindo paciência aos empresários. No Banco Central, já há quem afirme que a inflação ficará acima dos 85%, podendo repetir os 95% do ano passado.

Até sexta-feira, o Ministério da Fazenda deverá anunciar o valor das ORTNs de maio. Segundo o Banco Central, a correção monetária deverá passar para um novo patamar, de 5,5%, entre maio e julho, até para compensar a taxa negativa de 5%, vigente entre fevereiro e abril.

Dentro de critérios apenas técnicos, o ideal seria elevar já em maio a correção monetária para 5,5% pela necessidade de incentivar os exportadores e os aplicadores no mercado financeiro. Porém, para não criar problemas de caixa para as instituições do open market, poderá prevalecer a taxa "salmônica" dos 5,3%.

As fontes reconhecem que os bancos vão repassar o aumento da carga tributária no custo dos seus empréstimos, a exemplo do que fizeram no ano passado quando da elevação de 5% no Imposto de Renda sobre os lucros obtidos em 1981.